

Ativismo indígena: mapeamento e atuação dos comunicadores populares na Amazônia Legal

Activismo indígena: mapeo y acciones de los comunicadores populares en la Amazonía Legal

Indigenous activism: mapping and action of popular communicators in the Legal Amazon

Carine Prevedello

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS). Professora Adjunta da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ, onde atua como pesquisadora e extensionista com financiamento pelo MEC/FNDE. E-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br

Kassielle Haical Jacob

Graduanda em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ. E-mail: kassielle.jacob@discente.eco.ufrj.br

William Francisco Guido

Graduando em Jornalismo pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Pesquisador do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ. E-mail: william.guido@discente.eco.ufrj.br

Pedro Henrique Gonçalves Casqueiro

Graduando em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Pesquisador do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ. E-mail: pedro.casqueiro@discente.eco.ufrj.br

João Pedro Coelho

Graduando em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO/UFRJ), pesquisador do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ. E-mail: joapedrooc2017@gmail.com

Luana Borges de Souza

Graduanda em Jornalismo pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ. E-mail: luana.souza@discente.eco.ufrj.br

Submetido em: 31 jan. 2024

Aprovado em: 08 maio 2024



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

A partir da ampliação de visibilidade dos povos indígenas nas redes, reflexo da instrumentalização dos movimentos sociais para a Comunicação, o artigo relata pesquisa quantitativa e qualitativa dirigida aos comunicadores populares indígenas. Mapeamento condicionado à vinculação territorial à Amazônia Legal identifica 398 perfis ativos no *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, assim como páginas de maior repercussão em cada rede. A reflexão acerca do protagonismo dos ativistas, por meio de entrevistas semiestruturadas, motiva também a investigação acerca dos usos e limitações da comunicação popular indígena no contexto de novas mediações, em que a Comunicação passa a ser reconhecida como direito humano.

Palavras-chave: Ativismo; Povos Indígenas; Comunicação Popular; Redes sociais.

Resumen

A partir de la mayor visibilidad de los pueblos indígenas en las redes, reflejo de la instrumentalización de los movimientos sociales para la comunicación, el artículo relata una investigación cuantitativa y cualitativa dirigida a comunicadores populares indígenas. El mapeo condicionado por vínculos territoriales con la Amazonía Legal identifica 398 perfiles activos en Facebook, Instagram y YouTube, así como las páginas de mayor impacto en cada red. La reflexión sobre el protagonismo de los activistas, a través de entrevistas semiestruturadas, motiva también la investigación sobre los usos y limitaciones de la comunicación popular indígena en un contexto de nuevas mediaciones, en las que la comunicación pasa a ser reconocida como un derecho humano.

Palabras-clave: Activismo; Pueblos Indígenas; Comunicación Popular; Redes Sociales.

Abstract

Through the increased visibility of indigenous peoples on social media networks, a reflection of the instrumentalization of social movements for communication, the article reports on a quantitative and qualitative research targeted at indigenous popular communicators. Mapping conditioned by territorial ties to the Legal Amazon identifies 398 active profiles on Facebook, Instagram and Youtube, as well as pages with greater impact on each platform. The examination of activists' protagonism, through semi-structured interviews, also motivates an investigation into the uses and limitations of indigenous popular communication in a context of new mediations, where communication is acknowledged as a human right.

Keywords: Activism; Indigenous peoples; Popular communication; Social media networks.

Introdução

A perspectiva de autonomia na construção do discurso de legitimidade para os sujeitos da História, ao invés de se dar por valores mediados pela mídia hegemônica ou corporativa, motiva o debate sobre a deontologia profissional, desde a imprensa escrita até o uso recente das plataformas digitais para o ativismo social (Genro Filho, 1987; Gramsci, 2001; Ramonet, 2012). Entretanto, as consequências, os recursos ou o potencial que podem apresentar essas alternativas, frente aos limites impostos pelo próprio sistema, talvez sejam parte das respostas possíveis a partir da articulação entre o saber científico e os saberes populares.

Ao mesmo tempo em que se desloca para a lógica de vigilância e controle de dados (Zuboff, 2021), a conjuntura atual apresenta um fenômeno que indica popularização e diversificação do acesso à produção de informação e mídia, mas que permanece servindo à reprodução dos interesses econômicos e políticos das classes dominantes, tanto do ponto de vista simbólico, quanto capitalista. Ainda que esta perspectiva possa ser relativizada, a exemplo do que propõe Bentes (2018, p.152), em torno do que seria uma nova ecologia midiática, que "reivindica políticas públicas, apoio e financiamento para mídias livres". Peruzzo (2013, p.166) afirma que "o empoderamento de processos comunicacionais autônomos tem sido percebido como necessidade enquanto canais de expressão na dinâmica de mobilização e organização popular".

As lutas e mobilizações dos movimentos indígenas, historicamente contra-hegemônicas e atravessadas pela necessidade de ocupar espaços de visibilidade pública, a exemplo da manifestação de Ailton Krenak durante a Assembleia Constituinte, em 1987¹, não estão desvinculadas deste contexto, em que a instrumentalização dos movimentos sociais para a Comunicação consolida-se como dimensão estrutural. O mesmo Krenak liderou, de 1985 a 1991, junto a Álvaro Tukano e outras lideranças, uma iniciativa pioneira na Rádio USP, com o "Programa de Índio", inserido na grade de programação da rádio universitária. É considerado o primeiro programa radiofônico feito por povos indígenas no Brasil². A partir daí para a Rádio Yandê, a primeira rádio web indígena no país, em atividade desde 2013, há uma reorganização em curso, a ser observada:

Criar uma rádio *web* vem pelo processo de ter acesso à internet. Se eu montar uma rádio comunitária, vai aparecer a Polícia Federal, Anatel, e vão fechar. Se eu fizesse uma rádio comunitária, por ser indígena, chamamos mais atenção, e não queríamos chamar atenção pra isso. Então a internet nos deu esta possibilidade a partir de ferramenta de *streaming*, e a potência comunicacional começou a chegar mais longe (Tupinambá, 2023, *online*).

A atuação do movimento indígena como coletivo associado à defesa dos direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (Peruzzo, *ibidem*) amplia também a compreensão das lutas empreendidas nas dimensões microestruturais, considerando-se a nova disputa de mediações sociais, conforme bem descreve Bolaño (2016):

¹ O discurso de Ailton Krenak, no plenário da Câmara dos Deputados, em 04 de setembro de 1987, ficou marcado pelo simbolismo na luta por emenda parlamentar encaminhada pela União Nacional Indígena (UNI) à Constituinte de 1988. Manifestação de Mario Juruna também fez parte da mobilização no Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYICwI6HAKQ>. Acesso em 30/01/2024.

² Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/27/programa-de-indio-indigenas-na-radio-brasileira-nos-anos-1980>.

A consolidação da Internet como rede global, nas proporções em que se deu, é a consolidação desse novo sistema de legitimação, adequado à nova estrutura do capitalismo e sustentado por um novo mecanismo de mediação, cuja relação com a velha Indústria Cultural é um grande desafio de ordem epistemológica que se apresenta para o conjunto do campo da Comunicação hoje. (Bolaño, 2016a, p.26)

Assim, devemos partir do princípio de que ferramentas da Internet como as redes sociais são plataformas em conformidade a um sistema dominante, ancorado na extração de dados dos usuários como insumo valioso para empresas de tecnologia utilizarem para seus próprios fins, sejam estes “otimização de processos produtivos, saber as preferências dos consumidores, controlar trabalhadores, obter base para novos produtos e serviços [...] e vender para anunciantes” (Srnicek, 2017, p. 30, *tradução nossa*). A coletividade estruturada em torno dessas ferramentas para que cada vez mais usuários sejam parte dela e contribuam para esse fim, e é neste contexto que também se verifica a atuação de ativistas nestas mesmas plataformas, como forma de resistência. Por mais que façam parte de uma estrutura capitalista complexa de controle e vigilância, lideranças indígenas conseguem ocupar este espaço como minoria social.

Para que isso funcione, os grupos minoritários precisam usar estas ferramentas de forma mediada entre a estrutura social vigente e os cidadãos e consumidores, a fim de ressignificar sua função, como explicado por Figueiredo (2018, p. 96) “[...] ao se apropriar de bens simbólicos e da tecnologia, oferecidas como bens de consumo pelo capitalismo, com fins de resistência, os setores populares estariam se reapropriando do trabalho coletivo e da cultura popular expropriados pelo capital”.

O avanço dos diferentes movimentos sociais em torno da construção de estratégias alternativas de comunicação, mesmo diante da precariedade e desigualdade de acesso aos meios e condições de produção, chega, portanto, ao século XXI em um contexto de maior permeabilidade às demandas por liberdade de expressão, direito à informação como condição para garantia dos demais direitos sociais, assim como o direito da organização popular para a construção da Comunicação, de acordo com princípios e valores próprios aos movimentos sociais.

Para entender melhor o grande alcance que a comunicação indígena possui nos tempos atuais, é preciso entender o impacto das novas tecnologias de comunicação na mídia alternativa. O conceito de mídia alternativa pode ser conceituado como um espaço no qual “grupos minoritários (negros, mulheres, LGBTQs e indígenas) e até mesmo ONGs criam seus próprios meios de comunicação, trabalhando com informações, dados e pautas dentro do espectro político, social e econômico de luta e resistência” (Ribeiro, L.F.; Kasener, M.P; 2017, p. 6). Percepção plenamente compatível com a compreensão de Peruzzo (2013) sobre a disseminação dos movimentos sociais a partir das novas tecnologias.

De acordo com Mazetti (2007, p. 8), a Internet mostrou-se “um abrigo ideal para veículos de comunicação alternativos que disseminam contrainformação”. Desta forma, os blogs e os sites hospedados em servidores estrangeiros e nacionais permitiram pensar na internet como uma nova esfera pública, mais participativa e com um poder de difícil contenção. De fato, o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação, ainda que permeados por contradições e lógicas de recordação dos interesses capitalistas, é visível na disseminação rápida de conhecimento, na facilitação da cooperação e na circulação de informação. E é diante desse cenário que as pautas indígenas conseguem ampliar-se, uma vez que

“Quando grupos marginalizados da sociedade, que não possuem pautas em discussão abertas na grande mídia, se organizam para eles mesmos darem voz a seus movimentos, confrontando muitas vezes informações equivocadas dadas pela grande mídia, surge o que chamamos dentro do universo da comunicação de mídia alternativa.” (Ribeiro, L.F.; Kasener, M.P; 2017, p. 5)

A percepção desta inserção dos povos indígenas na dimensão de instrumentalização dos movimentos sociais para a Comunicação como direito humano, mobiliza o grupo AUTORES a mapear os perfis relacionados ao ativismo indígena no Brasil. Entendido o conceito de ativismo como um conjunto de características e condições associadas à função de mediação e produção de informação “com vistas a alterar situações de contexto” (Jordan, 2018, p. 36). No caso específico dos povos indígenas, a Etnomídia e a Etnocomunicação, categorias construídas por um conjunto de saberes e articulações que conjugam o protagonismo dos sujeitos, atravessados pelo campo da prática comunicacional (Carneiro, 2020; Santi e Araújo, 2020; Tupinambá, 2016) são conceitos importantes também para se pensar a Comunicação Popular, entendendo-se indígenas e comunidades tradicionais como expressão deste segmento.

Etnomídia é uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno. Por isso o uso deste prefixo. Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais. A apropriação dos meios de comunicar tornou possível aos povos serem seus próprios interlocutores (Tupinambá, 2016, *online*).

É importante observar que estas categorias de análise e reflexão, em torno da perspectiva etnocêntrica, estão ancoradas em percepções e elaborações das próprias lideranças indígenas, em oposição ao que seria tanto uma apropriação do campo acadêmico, quanto aculturação no sentido de adaptação dos saberes vinculados às etnias a um sistema intelectual. As autorias e incorporações associadas aos indígenas como pensadores fazem parte dos recentes entendimentos que buscam minimizar clivagens baseadas no saber ocidental-eurocêntrico, e passam a incorporar a reflexão teórica dos sujeitos da História (Fernandes, 2023; Kayapó, 2024; Krenak, 2019; Kuikuro, 2023; Munduruku, 2023; Tupinambá, 2016; 2023).

Metodologicamente, a pesquisa vincula dois critérios de análise à compreensão da dimensão estrutural da Comunicação: a associação territorial (identificação de perfis localizados na Amazônia Legal como território onde predominam as etnias indígenas no país) e a vinculação a alguma das 161 etnias identificadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2024). Foram levantadas as denominações dos povos indígenas da Amazônia, segundo as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024b) e da FUNAI. Essas etnias foram utilizadas como palavras-chaves durante a pesquisa nas redes.

No projeto de pesquisa, iniciado em 2021, três fases foram desenvolvidas: a) identificação dos perfis nas redes *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*; b) tabelamento e levantamento dos perfis ativos, inativos e recentes, destacando os dez perfis com maior repercussão em cada rede; c) entrevistas semiestruturadas com comunicadores responsáveis pelos perfis. A partir destes dados, e especialmente dos depoimentos prestados pelos ativistas Bémok Kayapó (*Instagram*), Yakari Kuikuro (*Youtube*) e Márcia Fernandes (*Facebook*), o presente artigo busca compreender a organização dos movimentos nas redes sociais e a reflexão dos indígenas sobre seu papel e atuação como ativistas e comunicadores populares.

Ainda foram incluídas reflexões de Daniel Munduruku (2023), ativista indígena originário do povo Munduruku. Formado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia, tem 65 livros publicados e atuação destacada em palestras, seminários sobre o papel da cultura dos povos originários na formação da sociedade brasileira, e também é destacada voz dos indígenas nas redes sociais. Recentemente foi indicado à Academia Brasileira de Letras (ABL)

junto a Ailton Krenak, em um acontecimento histórico, já que Krenak é o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na ABL.

Mapeamento dos perfis indígenas nas redes sociais

Com o objetivo, portanto, de compreender esta organização dos povos, comunidades e pensadores indígenas a partir das novas tecnologias de mídia, a pesquisa dedicou-se a mapear a presença dos perfis indígenas nas redes *Facebook*, *Instagram* e *Youtube* (AUTORES, 2023). Por meio de metodologia híbrida direcionada às redes sociais (FRAGOSO et al, 2011), foram aplicadas técnicas de coleta, verificação e categorização de dados quantitativos. Nesta amostra, foi possível identificar pelo menos 398 páginas alinhadas às etnias indígenas nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, correspondentes à área geográfica da Amazônia Legal no Brasil³.^[3] Com um critério metodológico de checagem, que visa identificar a vinculação geográfica da comunidade indígena com a produção de conteúdo, a pesquisa aprofundou a compreensão de quais perfis continuavam ativos.

Em termos metodológicos, a verificação territorial foi aplicada com o objetivo principal de investigar a localização geográfica de cada um dos perfis, utilizando-se dos dados registrados nas redes sociais. Em algumas situações, foi necessário um contato direto com os administradores dos perfis, ou uma pesquisa de observação mais detalhada dos posts, para assegurar que o material e os produtores estavam vinculados a algum dos estados integrantes da área da Amazônia Legal. Esta preocupação justifica-se pela existência de uma infinidade de perfis de personalidades artísticas, assim como profissionais da Fotografia e do Cinema, dedicados à temática dos povos originários e comunidades tradicionais como foco de trabalho e visibilidade. Não correspondendo, portanto, à dimensão conceitual da apropriação dos meios de comunicação como ferramentas utilizadas pelos movimentos sociais.

Além da vinculação territorial, foram aplicados os filtros relacionados à periodicidade e regularidade das publicações, o que determinava tratar-se de um perfil ativo: periodicidade, quando há pelo menos um texto mensal, e regularidade, correspondente a pelo menos uma postagem inserida mensalmente nos últimos seis meses da verificação do perfil. Ao longo do período de observação, entretanto, os pesquisadores entenderam necessário incluir uma nova categoria (Ativos recentemente), que trata de perfis com menos de 6 meses de criação, mas com periodicidade bastante evidente nos últimos 2 a 4 meses.

Quadro 1 - Número total de perfis indígenas na Amazônia Legal

Perfis encontrados	Desativados	Ativos	Ativos recentemente
Página pessoal	312	165	23
Página coletiva	294	152	58
Total	606	317	81

Fonte: Facebook, Instagram e Youtube (2023)

³ Segundo o IBGE (2024a), a Amazônia Legal corresponde a cerca de 58,9% do território brasileiro. É composta por 9 estados: Rondônia (52 municípios), Acre (22), Amazonas (62), Roraima (15), Pará (144), Amapá (16), Tocantins (139), Mato Grosso (141) e Estado do Maranhão (181). Em um total de 772 municípios, a Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir geograficamente seus limites a fim de que, ao captar seus incentivos fiscais, isso possa promover seu desenvolvimento regional.

Youtube – No *Youtube* foram obtidos 263 perfis desativados, 35 ativos e 28 ativos recentes. A defasagem entre canais desativados e ativos, especificamente nesta rede, indica, por hipótese, uma prioridade dos comunicadores populares por novas redes de perfis pessoais, como Instagram, onde se observa o crescimento da atuação dos indígenas, incluindo uma diversidade de ações com finalidade de geração de renda. O canal de Yakari Kuikuro Strong, da etnia Kuikuro, entrevistado para a pesquisa (relato a seguir) exemplifica esta questão, visto que direcionou produção para as demais redes, em detrimento do Youtube.

Concluída essa fase, elaborou-se o ranking dos 10 perfis com os maiores números de inscritos, sendo que, neste universo, oito canais foram classificados como perfil de identidade pessoal. Apesar do caráter personalista da maioria dos perfis analisados, todos apresentam conteúdos com marca documental voltada às questões relacionadas com sua etnia, com destaque para a característica de dois perfis: o do professor, escritor e ator Daniel Munduruku, que concorreu ao cargo de deputado federal pelo Estado de São Paulo no ano de 2022 e à Academia Brasileira de Letras em 2023, e do professor Mutuá Mehinaku, eleito vereador pelo Solidariedade no município Gaúcha do Norte, em 2016.

Quadro 2 – Perfis de ativismo indígena no Youtube

Posição	Etnia	Pessoal/ Coletivo	Categoria	Nome	Inscritos (30/01/2024)
1	Kuikuro	Pessoal	Ativo recente	Mutua Mehinaku	87500
2	Waiâpy	Pessoal	Ativo recente	Daldeia Oficial Indígena	85900
3	Karajá	Pessoal	Ativo	Wai'ru	47300
4	Kaiapó	Pessoal	Ativo	Nory Kaiapó	38700
5	Munduruku	Pessoal	Ativo recente	Daniel Munduruku	23400
6	Wauja	Pessoal	Ativo	Andrey Matusovskiy	11400
7	Krahô	Pessoal	Ativo	Mundo Indígena Krahô	10800
8	Tapiraré	Coletivo	Ativo	Waraxowoi Maurício Tapirajé	10100
9	Takukina	Coletivo	Ativo	Dia Art	3800
10	Kuikuro	Pessoal	Ativo	Yakari Kuikuro Strong	2150

Fonte: autores (2024)

Para a fase qualitativa relacionada ao *Youtube*, o encontro foi realizado em 15 de abril de 2023, em reunião virtual pela plataforma *Zoom*. A entrevista com Yakari Kuikuro, da etnia Kuikuro, foi possível graças ao contato por meio do *Instagram* do entrevistado, durante amplo processo de busca por contato com os produtores de conteúdo do *Youtube*. Yakari Kuikuro cresceu na aldeia Kuikuro Ipatse no Alto Xingu, Mato Grosso, atualmente trabalha como presidente dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) em Canarana, no Alto Xingu. Mantém perfis ativos no *Facebook*, *Instagram* e *TikTok*. Iniciou seu canal no *Youtube* em 2012, o @entredoismundo, que mostra a cultura indígena para não índios (@entredoismundo, 902023). O canal chegou a ter 2.150 inscritos conforme averiguação realizada na primeira fase

da pesquisa, mas no presente momento, não está disponível. Entre as principais afirmações do ativista estão a dificuldade estrutural e de acesso à internet nos territórios indígenas.

“Essa é uma dificuldade muito grande dentro da minha aldeia: sinal. Se eu conseguir um dia uma ferramenta *wi-fi*, instalar dentro da minha casa, vai ficar mais fácil, ficar divulgando a nossa cultura. No posto de saúde, onde a comunidade faz tratamento, tem *wi-fi* para profissionais, dentro da escola também para enviarem o relatório. Eles têm a senha livre para todo mundo: é isso aí que eu uso. Essa é uma dificuldade. Isso é o *wi-fi* da comunidade.” (Kuikuro, 2023, entrevista aos autores)

Instagram - Das 584 páginas do Instagram, 312 atendiam aos critérios anteriormente estabelecidos pela metodologia da pesquisa (vinculação territorial, periodicidade e regularidade). Majoritariamente, os perfis ativos cumpriam a periodicidade consolidada em períodos anteriores, mas oito novos perfis com atividade regular recente integraram-se à listagem. Foi possível observar que a etnia Wayãpy prevalece na lista dos dez maiores seguidores, com quatro páginas selecionadas.

Quadro 3 – Perfis de ativismo indígena no Instagram

Posição	Etnia	Pessoal/Coletivo	Categoria	Nome	Seguidores (30/01/2024)
1	Waiãpy	Pessoal	Ativo	Romanã Waiapi	809984
2	Waiãpy	Pessoal/ Coletivo	Ativo	Kauri Waiapi	724000
3	Kalapalo	Pessoal	Ativo	Ysani Kalapalo	312627
4	Waiãpy	Pessoal	Ativo	Silvia Nobre Waiãpi	272168
5	Tikúna	Pessoal	Ativo	We'e'ena Tikuna	234808
6	Munduruku	Pessoal	Ativo	Daniel Munduruku	221303
7	Waiãpy	Pessoal	Ativo	Natarina Waiapi	127445
8	Wapixana	Pessoal	Ativo	Joenia Wapichana	116488
9	Sateré-Mawé	Pessoal	Ativo	Samela Sateré Mawé	116313
10	Kayapó	Pessoal	Ativo	Bémok Kayapó	90069

Fonte: autores (2024)

Para a entrevista relacionada ao estudo dos perfis do *Instagram*, o grupo priorizou contato obtido com Bémok Kayapó (2024), pertencente à aldeia Kapran Krére, no Pará, e presidente da articulação indígena União dos Povos Já (UDPJ). A instituição UDPJ representa 16 etnias e luta pela preservação e levantamento de fundos para atenuar as dificuldades oriundas do garimpo ilegal e desmatamento. Bémok conta atualmente com mais de 90 mil seguidores em seu *Instagram*, que é a rede mais ativa e mais utilizada para o desenvolvimento de seus conteúdos.

Uma das principais afirmações ao longo da entrevista (KAYAPÓ, 2024) diz respeito ao uso do *Instagram* como ferramenta para que os próprios indígenas sejam donos de suas narrativas, sem esperar que outra pessoa, com pouca ou nenhuma relação, fale em nome desses povos. Além de ser a plataforma com maior número de seguidores, ele considera também a praticidade para interação com os seguidores. Ao longo da entrevista (Ibidem, 2024), Kayapó disse que as mensagens recebidas na rede social têm o objetivo majoritário de obter informações acerca das lutas defendidas nas postagens:

O *Instagram* é uma ferramenta que ajuda a gente a mostrar nossa realidade e nossa cultura. Eu entrei pensando nisso. Até então, quando a gente não mostrava a nossa tradição e as dificuldades que a gente passa por defender a floresta Amazônica — que é a nossa casa —, estávamos sujeitos a outras pessoas que não conhecem a nossa cultura a falar o que pensam. (Kayapó, 2024, entrevista aos autores)

Facebook - Na primeira fase da pesquisa, foram obtidos 418 perfis para a análise posterior, sendo que 50 não eram de estados da Amazônia Legal e um perfil estava repetido, portanto, foram descartados. Permaneceram 367 páginas aprovadas para categorização e acordo com a metodologia: desativados, ativos e ativos recentemente. Todas as dez páginas identificadas como de maior repercussão, pelo maior número de seguidores, foram caracterizadas como ativas de acordo com a metodologia no momento da primeira coleta. Além disso, oito são de caráter coletivo, o que mostra como as organizações e instituições são fortes dentro desta rede social. É válido destacar que as únicas páginas pessoais dessa seleção são de duas deputadas federais, que objetivam, de alguma forma, representar um coletivo.

Quadro 4 – Perfis de ativismo indígena no Facebook

Posição	Etnia	Pessoal/Coletivo	Categoria	Nome	Seguidores (30/01/2024)
1	Guajá	Pessoal	Ativo	Sonia Bone Guajajara	158000
2	Guajajara	Coletivo	Ativo	Mídia indígena	74000
3	-	Coletivo	Ativo	Índios do Brasil	65000
4	-	Coletivo	Ativo	Povos indigenas	53.000
5	Wapichana	Pessoal	Ativo	Joenia Wapichana	33000
6	Sateré-Mawé	Coletivo	Ativo	Amazônia Real	23000
7	Kayapó	Coletivo	Ativo	Instituto Raoni - IR	16000
8	-	Pessoal	Ativo	Rádio Tribos do Norte	14000
9	-	Coletivo	Ativo	CIR Conselho Indígena de Roraima	13000
10	Mura	Coletivo	Ativo	Ciranda Guerreiros Mura	13000

Fonte: Autores (2024)

Marcia Fernandes, jornalista vinculada ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), concedeu a entrevista relacionada ao uso do *Facebook*, representando o perfil do CIR. A entrevista foi gravada no dia 16 de outubro de 2023, pela plataforma *Google Meet*. Márcia atua como chefe da assessoria de comunicação do CIR desde 2019. A entidade foi fundada na década de 1970, é considerada uma das mais importantes e tradicionais do país, e tem como objetivo lutar pelos direitos dos indígenas de Roraima com atividades no desenvolvimento de campos como o da saúde, educação, cultura e inúmeros aspectos sociais da comunidade indígena.

Antes de existir o departamento de Comunicação da organização, as lideranças já faziam essa comunicação da forma que eles entendiam. Eles sempre faziam. Mas nós, jornalistas indígenas, comunicadores indígenas, já somos resultado de muitas lutas deles há muito tempo. Foi derramado sangue. Essa questão, por exemplo, da gente fazer uma graduação: eu sou formada pelo processo seletivo indígena. É um espaço que não foi dado, assim, simplesmente, pra gente, nós indígenas. Foi uma luta das lideranças. [...] O processo seletivo indígena é uma demanda, reivindicação das lideranças. Então nós agarramos esse espaço para poder ajudar a liderança das comunidades indígenas. Então [...], hoje eu posso dizer que nós somos resultado das lutas dessas lideranças.” (Fernandes, 2023, entrevista aos autores).

É importante destacar que as manifestações dos três comunicadores têm em comum a busca pelo protagonismo tanto das lideranças constituídas pelos povos indígenas, quanto de seus representantes enquanto cidadãos dotados de direitos e legitimidade para reportar sua cultura. É o caso do Conselho Indígena de Roraima (CIR), para além de um espaço criado por indígenas e destinado a essa população, também alvo de demandas por parte do público externo em redes como o Facebook ou o Instagram, que se tornam ferramentas de mobilização social de fácil acesso e propagação de ideias. Conforme lembra Peruzzo (2013), trata-se de uma forma de exercer o direito de se comunicar tão negado pela classe dominante.

Essas manifestações, no momento atual: a) Representam a explicitação do direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas representativas de segmentos organizados das classes subalternas (os demais já o tem) ao poder de comunicar, ou seja, ao acesso também aos canais de comunicação massivos e digitais na condição de emissores de conteúdos próprios e de gestores autônomos de meios a serviço das “comunidades” e movimentos populares (Peruzzo, 2013, p.169).

A ampliação da visibilidade das lideranças indígenas no novo ecossistema midiático – para usar um conceito a que tanto Muniz Sodré (2014), a partir da noção de *bios midiático*, quanto Ramonet (2012) recorrem – indica uma etapa importante na luta dos movimentos sociais por organização e centralidade na esfera pública. Para os povos originários, do simbolismo de André Krenak na Assembleia Constituinte ao hoje convertido em reconhecimento entre intelectuais, via cadeira na Academia Brasileira de Letras, trata de identificar alguns degraus ultrapassados. A superação do sistema que sustenta a rede hoje, na lógica do capitalismo, passa pela agudização das suas próprias contradições. Ao mesmo tempo, ainda que o mercado de controle e vigilância social da rede instaure uma aparência de liberdade, conforme aponta Bolaño (2016b), mais uma vez, as contradições que podem conduzir à sua própria reconfiguração não estão fora do que nos apontaram os ideólogos da “sociedade em rede”, ou mesmo dos contrapoderes e contra-hegemonias (Castells, 1999; Moraes et al, 2013).

O fato é que pautas de representatividade e das lutas populares tomam gradativamente espaços importantes no debate público, obrigando atitudes, mesmo que periféricas, indicativas de avanços também nos veículos ainda representantes da grande imprensa. Na perspectiva gramsciana, trata-se de uma disputa insistente. Que espaços e que condições de circulação terão nessas plataformas os conteúdos e modelos que trabalham a crítica à subsunção das Indústrias Culturais é provavelmente uma das principais incógnitas. E, por outro lado, que autonomia e que legislação pode ser construída pelos Estados e sociedades civis interessados em garantir bases mais democráticas e inclusivas da produção e distribuição de conteúdo digital, é outra.

É claro que (*cheguei nas redes sociais*) mais por curiosidade do primeiro momento depois eu fui me acostumando a perceber que ali se podia criar um conteúdo que ajudasse as pessoas a entender aquilo que era a minha temática indígena. (...) A temática indígena ainda é muito distante das pessoas. Por isso talvez eu atinja muito mais os professores que estão buscando um conteúdo para não ficar no mesmo do que o povo em geral. Meu público tem uma absoluta consciência disso. (Munduruku, 2023, entrevista aos autores)

Entre as manifestações dos entrevistados, destaca-se ainda a afirmação de Marcia Fernandes, a respeito do reconhecimento do grupo de profissionais do Conselho Indígena de Roraima como comunicadores, com formação e identidade próprias. "Quando entrei na faculdade, falei assim: quando eu me formar, quero voltar para ajudar minhas lideranças, ajudar as comunidades indígenas pela minha formação. Nós somos comunicadores" (Fernandes, 2023, entrevista aos autores).

Considerações finais

A rede mundial que conecta pessoas, organizações, relações e processos econômicos e culturais, deve ser reconhecida como um desdobramento, resultado da evolução da Comunicação na reestruturação produtiva do capitalismo (Bolaño, 2002), a partir das últimas décadas do século XX. O conceito de "rede" como adaptação da Comunicação a um novo ciclo expansivo do capitalismo, traz, para além da atualização dos jogos de forças e do surgimento de novos núcleos de acumulação e distribuição das riquezas sociais, alterações importantes nos modelos clássicos das Indústrias Culturais.

Esses novos modelos, reconhecidos pelos estudos da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura como mediações surgidas com o desenvolvimento das tecnologias apresentam perspectivas para a forma de contornar ou superar o uso capitalista das redes, que estruturam hoje um conjunto de atores interessados e protagonistas de uma luta contra-hegemônica, com efeitos importantes para a comunicação popular e alternativa.

Considerando o contexto dos anos 2000, em que se observa diversificação dos meios de comunicação e informação, a realidade, mais de duas décadas depois, traduz-se não mais somente na emergência dos movimentos políticos por direitos, mas agora também na tentativa de permanência e conquista da cidadania nas redes sociais — lugar de forte incidência dos produtores de cultura e mídia, ainda nas palavras de Bentes (2018), que chega a todos os meios sociais, mesmo que de maneira desigual e assimétrica. É o que se pode verificar, por exemplo, nos perfis do entrevistado Bémok Kayapó, sobretudo no *Instagram* — plataforma com maior número de seguidores. Nas próprias palavras do entrevistado, o protagonismo de referenciar as lutas dos povos originários têm colaborado para o esclarecimento e o engajamento em torno destas pautas.

A urgência de transcender o atual sistema da rede, fundamentado no capitalismo e neoliberalismo, é enfatizada pelos comunicadores populares, juntamente com a batalha por representatividade e o engajamento pela Comunicação como direito e dimensão estrutural dos movimentos sociais. Nesse sentido, os perfis analisados na pesquisa apresentam conteúdos documentais focados nas questões étnicas de suas comunidades. Os dados obtidos pela investigação evidenciam a crescente importância das redes sociais na disseminação da cultura indígena. No exemplo específico de Yakari Kuikuro, ressaltam-se as dificuldades estruturais e de acesso à internet nos territórios indígenas para a ocupação desses espaços. A entrevista sublinha a relevância do acesso à infraestrutura básica de acesso à tecnologia para promover a cultura indígena e superar essas barreiras estruturais.

Pode ser percebida a importância que a criação de uma comunidade minoritária dentro das plataformas tem para assegurar a democracia até mesmo em meios não exatamente

construídos e mantidos com esta premissa, ainda que a origem da Internet possa ser associada à disseminação da tecnologia com objetivos de acesso e utilização livres e igualitários. O número de seguidores, metodologicamente, é uma métrica útil para ser utilizada entre as páginas ativas mapeadas na pesquisa, pois é possível observar as principais partes que formam um todo que seria, neste caso, a comunidade indígena no meio virtual. A separação dos dez mais seguidos de cada rede social identifica o posicionamento de quem tinha maior responsabilidade como figuras de liderança dessa comunidade nas plataformas. A partir destes achados, torna-se possível observar a forma como foi criado um meio de resistência em um lugar pouco encorajador.

Enfrentar obstáculos também fizeram parte da condução da pesquisa, seja pela necessidade de coletar volumes significativos de dados quantitativos ou pelo desafiador processo de contato com entrevistados, o que reflete a natureza contraditória da rede. Embora possa aproximar realidades diversas, também pode criar distâncias ao apresentar uma vasta gama de conteúdo. Essa dualidade também se reflete no diálogo com as fontes, pois, embora pareçam acessíveis a um clique, a comunicação não é exatamente instantânea, exigindo diversos contatos para que se estabeleça uma comunicação direta. Mesmo frente aos desafios, a crescente importância de se atentar à presença indígena nos meios de comunicação, especialmente nas plataformas digitais destaca a necessidade contínua de buscar representatividade e autonomia na produção e disseminação de conteúdo digital.

Por fim, o autorreconhecimento dos indígenas como comunicadores populares, observado nos depoimentos da etapa final desta pesquisa, traduz os conceitos de Etnomídia e Etnodesenvolvimento como perspectivas adequadas para trabalhar a instrumentalização dos povos originários para a Comunicação. No Brasil da fortuna e da miséria, que opõe ainda a hegemonia de alcance dos grandes meios à recente apropriação da esfera pública para a disputa de mediações, a partilha de legitimidade não foi realizada, entretanto, comunitariamente sentimos as consequências. Não custa lembrar, por outro lado, que, para as visões revolucionárias, crise pode ser sinônimo da ruína de um modelo para o surgimento do novo.

Referências Bibliográficas

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Claudio; CÂMARA, Marco Tulio (Orgs.) **Interfaces do Midiativismo** – do conceito à prática. 2018. Ebook. Disponível em: <https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/2017/12/07/download-do-e-book/%20p.151-169>. Acesso em 16 ago. 2023.

BOLAÑO, C. R. S. Capitalismo global e crítica da Comunicação: por uma nova teoria da mediação social. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, p. 19-32, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/68/60>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BOLAÑO, C. R. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 11, p. 53-78, 2002. Disponível em <https://eptic.com.br/texto-sobre-trabalho-e-comunicacao-de-cesar-bolano-esta-disponivel-na-biblioteca-eptic/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BOLAÑO, César. Organização em rede, capital e a regulação mercantil do elo social. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 6-16, maio 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3711/3131>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais**: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Marcia. **Entrevista aos autores**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2023.

FIGUEIREDO, Carlos. **Para além do empreendedorismo e da precarização**: apropriação das tecnologias por jornalistas para a produção de um jornalismo emancipatório. Líbero. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/946>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel e AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Fundação Nacional do Índio. FUNAI. **Índios no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em: 30 janeiro 2024.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Amazônia Legal**. Disponível na internet em: <https://shre.ink/rtf5>. Acesso em 30 jan. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **O Brasil Indígena**. Disponível na internet em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em 30 janeiro de 2024.

JORDAN, Tim. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

KAYAPÓ, Bemok. **Entrevista aos autores**. Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUIKURO, Yakari. **Entrevista aos autores**. Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 2023.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: V Congresso Nacional de História de Mídia, 2007, São Paulo. **Anais do V ALCAR**. São Paulo: Facasper, Intercom/ 2007. Disponível: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/r0112-1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.

MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio e SERRANO, Pascual. Mídia, poder e contrapoder. São Paulo: Boitempo, 2013. **Mídia, poder e contra-poder** – da concentração monopólica à democratização da Comunicação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. **Entrevista aos autores**. Rio de Janeiro (RJ), 30 de setembro de 2023.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma perspectiva de direitos humanos. **Revista Contemporânea**. V.11, n.01., p. 138-158, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>. Acesso em 21 jan. 2024.

RIBEIRO, L. F.; KASEKER, M. P. Webradio Yandê e a Descolonização da Mídia. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba (PR). **Anais do XL Intercom**. Curitiba (PR): Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1867-1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SANTI, Vilso Junior C. e ARAÚJO, Bryan Christian C. A etnomídia indígena na construção dos territórios etnomidiáticos. In: **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**. Dossiê Mídia e Sociedade: diálogos intermitentes. V.7. n.2. Editora da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat): 2020. p.122-142. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/rccs.v7i2.5182>. Acesso em 03 set 2023.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

TUPINAMBÁ, Anapuaka. **Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ**. Palestra proferida aos estudantes de Jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CuXQxo1JO8e/> Acesso em: 06 jul. 2023.

TUPINAMBÁ, R. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, Niterói, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 30 janeiro 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Agradecimento ao Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), pelas bolsas e recurso de custeio aos nossos pesquisadores.